

O quartinho da empregada é a senzala moderna

Solitária, de Eliana Alves Cruz

Vanessa Didolich Cristani*

Quando falamos uma palavra no diminutivo, muito antes de transmitir uma possível intimidade, estamos atestando a pequenez do objeto ao qual nos referimos. Seja pela sua real medida, seja pelo valor simbólico que representa, o quartinho da empregada é sempre diminuto, como se correspondesse à vida de quem o habita. “Reparei mais uma vez que, para quem não era patrão, tudo era ‘inho’: quartinho, apartamentinho, banheiro...” (Cruz: 2022, 35), é o que diz Mabel, filha de Eunice, empregada doméstica no condomínio Golden Plate. Mãe, filha (negras) e o próprio quarto de empregada são os protagonistas de *Solitária* (Companhia das Letras, 2022), quarto romance da escritora carioca Eliana Alves Cruz.

Ao contarem suas experiências vividas no luxuoso condomínio e mais especificamente dentro da cobertura de D. Lúcia e seu Tiago, para os quais Eunice trabalhou durante 20 anos, Mabel e a mãe traçam a cartografia de um Brasil atual, ainda entranhado pelas feridas abertas de nosso passado colonial, que a autora faz questão de cutucar, mostrando que a ordem das coisas

*Jornalista e mestranda em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

não mudou, que as sinhás e sinhôs de outrora revivem em uma elite que segue não admitindo perder seus privilégios.

A origem do trabalho doméstico no Brasil está na escravidão, quando mulheres e até crianças faziam o serviço diário da casa-grande. O percurso cruel de nossa história, a imobilidade e exclusão social, aliadas ao racismo estrutural e ao preconceito de gênero e classe, fizeram com que as mulheres negras seguissem a herança maldita da época escravocrata. Eunice, assim como outras mulheres de sua família, abandonou a escola cedo e se iniciou na labuta doméstica. Ela começou a trabalhar ainda muito nova na cobertura do Golden Plate e, com o passar do tempo, incorporou aquela família como se fosse a dela e aquele trabalho como se fosse parte de si.

Cabe à empregada doméstica, muitas vezes, a gestão do lar, fora todas as outras tarefas, que representam a dependência que a classe média e a elite herdaram dos senhores de engenho. Ao falar da organização dos horários para uma empregada render a outra, Mabel lembra que “D. Lúcia não ficava jamais sem empregada em casa” (Cruz: 2022, 17). As sinhás não vivem jamais sem suas mucamas, que podem vir a ser amas de leite ao mesmo tempo, as babás de nossa época.

Assim como Eunice, coube a Mabel os cuidados com Camila, filha recém-nascida do casal. “Aprendi a cuidar dela ao ver minha mãe dando mamadeira, banho, chupeta, comida, remédio, colo, mas... sei lá. Fui deixando as bonecas de lado por causa do bebê Camila. Cuidar de uma criança não parecia mais diversão para mim. Era trabalho... e muito!” (Cruz: 2022, 44), diz Mabel. Por trás da denúncia da jornada dupla da mãe, que nesse caso era

tripla, pois a incluía (trabalho, aliás, jamais remunerado pela família), está o afastamento de mãe e filha, já que Eunice abriera mão de sua família para cuidar de outra. A falta de diálogo com a mãe fez com que Mabel não contasse a ela que havia ficado grávida de João Pedro, um dos filhos de Jurandir, o porteiro do condomínio.

Por ter apenas quatorze anos e (por óbvio) não se sentir preparada para ter um filho, Mabel resolve fazer um aborto, tendo D. Lúcia a ajudá-la no procedimento. É no banheirinho do quartinho que ela passa as angústias de perder o bebê. Sozinha, o banheirinho é para ela a testemunha ou companheiro, o que irá se repetir quando Eunice também desaba pelo desacato do então marido que era alcóolatra. Vemos que a delimitação do espaço das duas, encaixadas no cubículo reservado a elas, sufocava ainda mais o desespero gigante.

Mabel tinha consciência de que a mãe jamais aceitaria a realização do aborto e, sem saber, passava pelo que Eunice já havia vivido, que era perder um filho, também aos quatorze anos, também de um aborto, mesmo que o da mãe tenha sido natural. As circularidades das trajetórias de vida poderiam dar a Mabel o mesmo destino de Eunice, porém a menina notava a forma como a mãe era explorada e não queria aquela vida para ela:

O que eu faria com um bebê aos quatorze anos, sem qualificação, sem profissão, sem trabalho? Eu não queria limpar uma casa que não fosse a minha. Não queria ter de levar uma criança para o trabalho na casa de ninguém. Essa era a minha história, e eu não desejava repeti-la com meus filhos. Aliás, eu não queria filhos! Não queria outra

d. Lúcia como patroa nem outra Camilinha para trocar fraldas, dar comida, amor e tempo, e um dia vê-la sujar coisas de propósito, com o consentimento dos pais, só para me ver limpar. Não queria ficar uma semana inteira longe do meu próprio lar para deixar a casa dos outros mais aconchegante e confortável (Cruz: 2022, 56).

O estudo foi a forma como Mabel burlou o sistema. Burlou, sim, pois para D. Lúcia, seu Tiago e Camila vê-la com os livros incomodava. A branquitude deseja eterna dominação e, quando se sente ameaçada, apaga a possibilidade de afirmação do poder negro. Mabel e Cacau, o outro filho de Jurandir, que a acompanhava nos estudos, iriam prestar vestibular, porém, na noite que antecedia a prova, Camilinha resolveu fazer uma festa, com apenas um intuito, que foi decifrado por Jurandir, o responsável por acabar com a alegria dos playboys ao cortar os fios de eletricidade do edifício. “Ora, ora! E eu ia lá deixar esses bacanas estragarem a prova dos meninos justo agora?” (Cruz: 2022, 107), diz.

O ato de Jurandir surtiu efeito, e a paz de Mabel e Cacau veio com a aprovação no vestibular. Antes de saírem para comemorar, Mabel queria cumprir uma missão, soltar o grito silenciado e despejar para os patrões da mãe o quanto seus cetismos e deboches (leia-se racismo) a incentivaram. “Seu Tiago, lembra que o senhor riu debochado achando que eu nunca conseguiria passar no curso de medicina? Muito obrigada por me fazer lembrar desse sorriso todos os dias em que eu me sentava com o Cacau para estudar em silêncio lá nos fundos, para não atrapalhar vocês, os donos desse palacete...” (Cruz: 2022, 110).

Mabel saiu pela porta da frente como previra e estava na hora de Eunice fazer o mesmo. No capítulo “Criada-muda”, Eunice reflete: “Ele disse que chamavam a mesinha de criado-mudo no tempo da escravidão [...]. Eu de certa forma fui uma criada-muda. Não seria mais” (Cruz: 2022, 116). Ela pede demissão à patroa, que fala em ingratidão da sua ex-funcionária, além de contar o segredo do aborto de Mabel, que rebate dizendo que ela não fez caridade. A hipocrisia das elites, que insistem em dizer que a doméstica é “da família”, mas negam direitos trabalhistas e a segregam dentro das próprias casas, ao fazê-la utilizar outra geladeira, por exemplo, como na cobertura do casal Lúcia e Tiago, que também não assinava a carteira de Eunice – “foi uma luta conseguir o pagamento justo” (Cruz: 2022, 124) –, traz a conotação do mito do patrão benevolente, mais um dos tantos resquícios do período escravocrata que o romance aborda. Assim como a cristianização aos cativos africanos foi difundida como um bem civilizatório para justificar a escravização, o pensamento de que o empregador acolhe, dá casa e comida demonstra que as vidas, principalmente as negras, de mulheres negras, continuam subalternizadas. É como se o serviço doméstico fosse habitat natural de um determinado gênero, classe e raça, talhado para tal tarefa. O colonialismo é determinista, e pensar em determinismo é pensar em privilégio.

A indignidade com a qual os servidores domésticos são tratados, vendo sua função rebaixada a um não emprego, segue alimentada pelo pensamento dos novos senhores. Laudelina de Campos Melo foi a fundadora da primeira Associação dos Empregados Domésticos do Brasil, na cidade de Santos, em 1936, que militava em prol de direitos sociais das trabalhadoras domésticas. Em 2015,

a ex-presidenta Dilma Rousseff assinou a PEC das domésticas – Emenda Constitucional n.º 72 da Constituição Brasileira de 1988, que trouxe importantes direitos às trabalhadoras domésticas, como pagamento de hora extra, seguro desemprego e adicional noturno. Apesar de alguns avanços, a realidade aponta para outro viés. Segundo matéria de outubro de 2020 da BBC News Brasil, sete em cada dez trabalhadores domésticos não possuem carteira assinada. A pandemia devastou ainda mais o setor com a destruição de mais de 1 milhão de postos de trabalho no país. Destruição... a palavra usada pelo site também pode ser aplicada às vidas de trabalhadores domésticos levadas pelo vírus. A primeira vítima da covid-19 do Rio de Janeiro foi uma doméstica que trabalhava no Leblon, bairro da zona sul carioca que possui o metro quadrado mais valorizado do Brasil. A patroa voltara da Itália, país que registrava o maior número de mortes na época. As duas positivaram. No Golden Plate, a primeira morte também foi de uma trabalhadora doméstica.

No hospital em que trabalha, Mabel registra os momentos de tensão causados pela pandemia, mas não só isso. O racismo de um paciente que não quis ser atendido pela enfermeira Irene é o retrato do cotidiano de crimes causados contra pessoas negras. Irene fora babá de Bruninho, mas dispensada como um objeto qualquer, após o menino, sobrinho de d. Lúcia, cair na piscina e ficar com sequelas. A culpa aplicada a ela pelos patrões não a fez desistir e, assim como Mabel e Cacau, o estudo a tirou da subalternidade. Mabel, Cacau e Irene têm a missão de criar novas configurações de poder e conhecimento.

O romance aborda a política de cotas, e é na voz do general Mingau que vem o discurso típico da classe média/elite

branca: “E, também, se Deus quiser, sem a bobagem e a desonestidade das cotas! Olhem como estamos aqui, todos iguais, humanos!” (Cruz: 2022, 72). O sentimento de que há humanidade em todos, aplicado quando convém por essa fatia da sociedade, é caro às pessoas negras. No Brasil colônia, a violência escravocrata tratou as pessoas negras como inumanas ao sequestrá-las de sua terra, tirar seus nomes, tratá-las como mercadoria, fazê-las passar por violações físicas e morais, hierarquizando relações a partir de diferenças entre conquistadores e conquistados fundamentadas na ideia da raça, isto é, baseadas na estrutura biológica de quem era superior (o colonizador) e inferior (o colonizado). Em decorrência disso, a humanidade teve de ser buscada e até hoje precisa ser provada.

Ao ingressar na Faculdade de Medicina, Mabel se coloca como Sujeito da história, comprova sua subjetividade e desafia as instituições, em particular a instituição médica, que ainda representa a parcela branca e elitista que historicamente a frequentou. Segregada da política sanitária do país, a população negra escravizada recorria aos saberes ancestrais da cura, algo que atravessou os anos e até hoje é cultivado. A avó de Mabel, D. Codinha, questiona a neta: “Mabel, no dia que você entrar naquela faculdade, vai esquecer que lhe ensinei a curar dor de cabeça com chá de folha de louro e casca de cebola?” (Cruz: 2022, 103). A sabedoria dos mais velhos é o vestígio deixado para quem vem, alusão ao fato de que as pessoas negras produzem conhecimento, desconstruindo a ideia do mito fundador eurocêntrico, baseado no conhecimento universal, ao advertir-nos para um processo de descolonização epistemológica.

Ao percorrer as entranhas do Golden Plate, Eunice e Mabel denunciam a hierarquização social, quando demonstram a invisibilidade com a qual são tratadas: “Então, depois do almoço, Cacau subia, como sempre, e eles ficavam quietinhos estudando. [...]. D. Lúcia nem se dava conta de que existia mais alguém além de mim na casa” (Cruz: 2022, 97), diz Eunice. A inexistência do Outro levou a família de patrões à delegacia. Camila ficara de cuidar do menino Gilberto, enquanto a mãe da criança, Luzia, a nova empregada da casa, saíra para comprar ingredientes para a feijoada de despedida da menina que iria fazer intercâmbio. Camila o deixa sozinho no quarto e a criança morre ao cair na laje. Em alusão ao caso do menino Miguel, que ficou sob os cuidados da patroa da mãe, Sari Corte Real, e caiu do nono andar de um prédio de luxo no Recife, as vidas invisíveis não têm valor algum. Com a certeza da impunidade, D. Lúcia assume o crime, porém Eunice, que estava na casa no dia para ensinar a feijoada a Luzia, assiste à cena e, na delegacia, relata os verdadeiros fatos. “A dona da cobertura do Golden Plate não imaginava ter de lidar com aquela mulher renovada, livre do sentimento de servidão e gratidão [...]” (Cruz: 2022, 160). Camila passaria a responder a um processo criminal.

O quarto de empregada, terceiro narrador do romance, diz que “estamos sempre perto dos odores da vida das pessoas que não nos habitam” (Cruz: 2022, 139). Do perfume francês ao papel higiênico, o quartinho exemplifica a rota das aparências que deságua na escatologia dos patrões. Ele se autodefine com expressões como “Saco de lixo”, “Descartáveis”, “Orgânico”, “Reciclados”, “Catando papéis”, “Invisíveis”, o que resta, o que nin-

guém vê. O quarto de despejo. Uma solitária, “uma prisão, um lugar destinado a apartar do mundo e do restante dos viventes” (Cruz: 2022, 139), um local de reclusão, de silêncios coercitivos, de separação. O quartinho de empregada é a senzala moderna, como enfatiza o título do livro de Preta Rara, historiadora, rapper e ex-empregada doméstica.

Porém, como ironizou certa feita a filósofa e antropóloga Lélia González, dizendo que o lixo iria falar, o quartinho, Eunice e Mabel tomam posse da história, como se fossem as lentes do olhar que fora ofuscado. Eles agora são a história. O quarto de descanso, o consultório de Mabel, não têm odor de lixo, têm o cheiro do chá de cidreira dado por Jurandir. “O quarto de descanso é todo aquele que tem o cheiro da nossa própria vida” (Cruz: 2022, 161).

Referência

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Submetida em 02 de dezembro de 2022.

Aceita em 06 de dezembro de 2022.